

## O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO SISTEMA EDUCACIONAL CONTEMPORÂNEO

Willyan Ramon de Souza Pacheco; Máгна Feliciano Pereira; José Emidio da Silva Neto

*Universidade Federal de Campina Grande – [willyanpacheco@hotmail.com](mailto:willyanpacheco@hotmail.com)*

*Universidade Federal de Campina Grande – [magna\\_pe@hotmail.com](mailto:magna_pe@hotmail.com)*

*Universidade Federal do Cariri – [jose.emidio.12@gmail.com](mailto:jose.emidio.12@gmail.com)*

**Resumo do artigo:** O ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, tem sido, ao longo dos anos, temáticas que centram-se como desafios educacionais contemporâneos, isso porque pouco se tem feito nas escolas para materializar a contribuição histórica desse povo na constituição de uma identidade nacional. Busca-se, na escola, a possibilidade de evidenciar e oportunizar o debate contínuo, as trocas de experiências e a exploração de questões étnico-raciais, visando minimizar o preconceito e desmistificar a ideia de escravidão, miséria e subserviência, que ao longo dos anos está associada as raízes africanas e aos afrodescendentes. Nesse sentido, objetivamos nesse estudo investigar como o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira é abordada nas escolas e quais são as implicações dessa abordagem na formação do sujeito discente, além de buscarmos evidenciar as contribuições significativas na formação docente e na constituição de uma reflexividade pedagógica, criticidade que oportuniza ao professor reconhecer a necessidade de construir conhecimentos dialógicos que primem na formação humana, na construção de práticas inclusivas e esclarecedoras. A metodologia utilizada foi o levantamento de referências bibliográficas relacionadas a temática central, assim, buscamos aporte teórico em estudiosos como Freire (2011), Ferreira (2008) e Munanga (2005), além de explorarmos as Diretrizes para a educação das relações étnico-raciais e Leis que viabilizam a inserção de metodologias que oportunizem a abordagem dessas questões no cotidiano escolar. Assim, conclui-se esse estudo evidenciando a relevância de explorar de forma significativa, no âmbito da sala de aula, a história e a cultura africana e afro-brasileira, através de práticas humanísticas, reflexivas e libertadoras, onde a partir do esclarecimento o discente compreende o sujeito em sua totalidade, respeitando-o e compreendendo-o em sua especificidade.

**Palavras-chave:** Ensino, História, Afro-brasileira.

### INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, busca-se na escola a implementação efetiva das leis que regulamentam o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, direitos que foram garantidos com o objetivo de valorizar e reconhecer a relevância desse povo na construção da história e da cultura nacional. As instituições de ensino, por outro lado, enfrentam um grande desafio para adequar sua atuação cotidiana, assim como sua metodologia, a essa realidade.

Dessa maneira, buscaremos nesse estudo investigar como o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira é abordado nas escolas e quais são as implicações dessa abordagem na formação do sujeito discente, além de buscarmos evidenciar as contribuições significativas na formação docente e na constituição de uma reflexividade pedagógica. Esse estudo é de natureza exploratória e descritiva, a metodologia utilizada foi pesquisas bibliográficas como: artigos acadêmicos, livros, diretrizes, regulamentos e leis.

Esse artigo se divide em quatro principais tópicos, são eles: história, cultura e africanidade; leis, diretrizes e a garantia do ensino africano e afro-brasileiro; escola, currículo e reflexão docente, e contribuições na constituição do sujeito discente. Esses eixos nos permitirão explorar de forma sistemática a constituição da história e da cultura africana e afrobrasileira, destacando sua relevância social e sua força transformadora e reflexiva, além de analisarmos as implicações dessa abordagem no auto reconhecimento do sujeito negro numa sociedade racista.

Com isso, essa construção de conhecimentos nos permitirá buscar mecanismos facilitadores para a abordagem desses conceitos de modo significativo, reconhecendo os valores históricos, culturais, éticos e morais de um povo que foi responsável por erguer os principais pilares que constituíram o Brasil em um país. Para isso, colocamos o redimensionamento da prática docente, o esclarecimento da relevância do tema para a construção de uma sociedade mais justa e a inclusão de políticas curriculares internas que evidenciem ao docente essa historicidade negada e o direcionem a uma prática docente libertadora, como os principais objetivos a serem conquistados por toda a comunidade escolar.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada foi o levantamento de referências bibliográficas relacionadas à temática central. Assim, buscamos aporte teórico em estudiosos como Freire (2011), Ferreira (2008) e Munanga (2005), além de explorarmos as Diretrizes para a educação das relações étnico-raciais e Leis que viabilizam a inserção de metodologias que oportunizem a abordagem dessas questões no cotidiano escolar.

## **HISTÓRIA, CULTURA E AFRICANIDADE**


Encontramos no Brasil um dos países mais miscigenado e rico, no que se refere à diversidade cultural, isso se deve pela mistura entre europeus, indígenas e, em sua grande maioria, africanos explorados pelo comércio escravagista da época, que os submetiam a uma vida sub-humana e submissa aos colonizadores europeus. Dessa maneira, podemos evidenciar que o Brasil foi um dos maiores receptores de escravos, sendo esse também o país que permaneceu com o regime escravocrata por mais tempo.

No que se refere à produção cultural, é indubitável a existência da cultura advinda com os escravos que buscavam a preservação de suas raízes, procurando manter sua identidade e

resguardando aspectos característicos da sua região, visto que em seu país de origem os costumes se diferenciavam conforme a localidade de cada tribo. Para compreendermos o sentido do que é cultura podemos citar o conceito do Dicionário Online de Português, o qual nos traz a seguinte definição:

Conjunto dos hábitos sociais e religiosos, das manifestações intelectuais e artísticas, que caracteriza uma sociedade: [...] Normas de comportamento, saberes, hábitos ou crenças que diferenciam um grupo de outro: provêm de culturas distintas. Expressão ou estágio evolutivo das tradições e valores de uma região [...]. (DICIO, 2017)

Conforme este conceito, visualizamos a cultura como constituinte do ser social, que pode ser vista como um recurso na aquisição do reconhecimento em meio ao ambiente em que este está inserido, transformando seus hábitos e linguagens. Como ressalta Valéria apud Silva (2014, p. 26):



Cultura congrega conhecimentos, artes, moral, leis, costumes, aptidões, hábitos adquiridos, herança cultural, tradição social, toda e qualquer necessidade básica como resposta ao ambiente, expressa modo de vida, povo, ocupação, territorialidade, instituições, linguagem, instrumentos, serviços e sentimentos.

Vale salientar que a cultura advinda com os africanos, assim como seus rituais, não foi bem vista pelos colonizadores europeus e a igreja católica, que era detentora de poder e tinha as únicas práticas religiosas aceitas no contexto da época. O que ocasionou uma limitação a essa nova cultura que se introduzia ao país, resultando na reestruturação de seus costumes conforme a religião dominante, sendo estes moldados às exigências que lhes eram impostas.

Desta forma, o homem negro encontrou na miscigenação das culturas a mediação de vivências, que lhe permitiu manter sua origem, mesmo esta sendo acrescida de sincretismos religiosos, oriundos das crenças européias. Visto como símbolo de força, ele contribuiu com a atribuição de significância de resistência a essa etnia. Sendo sua trajetória marcada por lutas, teve grande relevância na construção cultural brasileira.

Por este motivo, torna-se irrefutável a contribuição africana na conjuntura cultural do Brasil, encontrando, em seus subsídios, aspectos presentes na cultura que por vezes não são questionados a respeito de suas origens. No tocante ao aporte característico dessa cultura híbrida, conhecida como afro-brasileira, pela unificação dos seus atributos, é relevante destacar algumas das áreas que são acrescidas por tal união. Dentre elas, podemos mencionar a música, a arte, a literatura, a dança e a culinária, com seus componentes peculiares em algumas regiões, como o acarajé que remete ao estado da Bahia.

Estas contribuições se estendem a fatores e elementos que compõe a identidade

individual da etnia afro-brasileira. Sobre isso, Silva (2014, p. 31) expõe outras referências, afirmando que “os negros trouxeram estilos diferentes no quesito moda e estilo. Baseados na cultura ancestral, aderem penteados interessantes, como os *dreadlocks*, da cultura rastafári; o cabelo *blackpower*; os trançados, com balangandãs, dentre outros”.

Em decorrência disso, a cultura africana foi incorporada ao hábito do brasileiro, inicialmente, como uma investida pela retomada da identidade de uma cultura que sofreu com a tentativa de dominação. Por um longo período, foi negada à população, simultaneamente, a existência e as contribuições da história afro-brasileira na consolidação da identidade cultural do Brasil. Através das lutas, reivindicações e persistência de um povo símbolo da resistência, obtivemos o reconhecimento da participação direta da cultura africana na construção e efetivação da identidade de um novo povo, o afro-brasileiro, que se autodeclara negro ou descendente, compondo a maioria da população brasileira.

Dessa forma, podemos compreender que os aspectos vindos com os negros escravizados, aqui já citados, foram de fundamental importância na formação da identidade cultural brasileira, sendo a eles atribuídas por mérito o seu papel na conjuntura da atual população, devendo a estes o seu devido reconhecimento.

## **LEIS, DIRETRIZES E A GARANTIA DO ENSINO AFRICANO E AFROBRASILEIRO**

O reconhecimento da contribuição da formação cultural advinda com os escravos nas embarcações negreiras, deu-se através de lutas pela preservação da cultura e memória de um povo submisso ao designo do homem branco. Sobre a importância desta contribuição, (SILVA, 2014) comenta que segundo pesquisas realizadas pelo IBGE, a população brasileira é composta em sua grande maioria por negros e seus descendentes, caracterizando uma sociedade marcada pela diversidade de povos em que ainda encontramos descendentes indígenas e europeus.

Na busca pela tomada de conscientização da população e a efetivação de uma sociedade marcada pela diversidade cultural, o Governo Federal estabeleceu recursos que introduziram o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no sistema educacional, viabilizando o reconhecimento de um povo que teve sua vida marcada pela superioridade do egocentrismo humano. Pelo reconhecimento desse povo, o então Presidente da República sancionou em 9 de janeiro de 2003, a Lei 10.639 a que preza pela inserção dessa cultura no currículo escolar brasileiro:



Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. [...]. (BRASIL, 2003)

Por meio dessa lei, que incorpora aos currículos educacionais o ensino da cultura afro-brasileira, o governo procura instigar a valorização étnico-racial como um recurso viabilizador de uma sociedade mais equânime, sendo tais elementos trabalhados desde o ensino fundamental até o ensino médio. Sobre isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana instituída na Resolução no 1 de 17 de junho de 2004, ressalva em seu artigo 2º, inciso 1º, as finalidades existentes na inserção do ensino com as quais:

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2004)

Nessa perspectiva, cabe salientar a inserção de todo o corpo educacional na reformulação de implementos que viabilizem o desenvolvimento de tais aspirações, dando subsídios como materiais necessários para a promoção dessas atividades. As diretrizes ainda afirmam em seu artigo 3º, inciso 1º, que:

Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação [...]. (BRASIL, 2004)

Tais contribuições contribuem para o desenvolvimento de uma educação pautada no respeito e por uma cidadania condescendente às diversidades culturais. Torna-se ainda essencial, no desenvolvimento desses subsídios, como um recurso vitalizador de trocas de conhecimentos e pontos relevantes no processo de elaboração de planos pedagógicos, a permutação da comunicação entre movimentos negros e núcleos de estudos com as instituições de ensino em busca de uma educação de qualidade para todos.

Na efetivação por uma educação de qualidade que englobe toda a sociedade, sendo essa pautada no reconhecimento das raízes africanas, é necessário possibilitar maiores

oportunidades de acesso aos afrodescendentes como meio de reconhecimento dos atos repugnantes sofridos pelos seus ancestrais. Desse modo, a educação torna-se uma ferramenta de retratação pela imposição de subserviência a essa etnia, como observamos através da criação de resoluções que asseguram o direito a igualdade e impedem qualquer discriminação às suas origens. O que pode ser observado no artigo 5º das diretrizes, que destaca:

Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação. (BRASIL, 2004)

Assim, através do reconhecimento das distintas etnias existentes em nosso território nacional, sendo essas alcançadas por meio do ensino, é que a população se conscientizará de seus atos e aprenderá a conviver em meio à diversidade, respeitando o outro na sua particularidade. Dessa forma, é imprescindível que a população conheça a verdadeira história responsável pela a atual conjuntura desta sociedade permeada pela diversidade.

## **ESCOLA, CURRÍCULO E REFLEXÃO DOCENTE**

As instituições de ensino, principalmente as da rede pública, tem encontrado grande dificuldade para efetivar a Lei 10.639/2003 no âmbito de seus planejamentos, assim como na inserção de objetivos específicos a serem desenvolvidos em seu projeto pedagógico. Esse desafio tem se solidificado ao longo dos anos de maneira que após, mais de uma década de sua implementação, pouco se tem observado de evolução significativa que esta deveria ter resultado. A Lei está em vigor, falta-nos a mobilização necessária para sua efetiva ação.

O currículo escolar, instrumento construído “teoricamente” com toda a comunidade civil a qual a escola está inserida, deve ser a principal ferramenta que busque dar legitimidade ao direito estabelecido, é imprescindível que exista a intencionalidade e a clareza da relevância de abordar a história e a cultura africana e afro-brasileira nas escolas. Somente com a elucidação desses paradigmas que constituem a contribuição dos negros na construção da história brasileira é que se pode esperar mecanismos pedagógicos que busquem evidenciar esses fatos no cotidiano escolar.

No entanto, antes da ação efetiva do professor é necessário um posicionamento firme da instituição que adota a responsabilidade de construir conceitos acerca da história afro nas salas de aula, isso só é possível se toda a escola se direcionar ao mesmo objetivo e juntos abordarem, de forma sistemática, os valores culturais africanos

que constituem a identidade brasileira. Em suma, o que inicialmente nos falta é um posicionamento político nas estruturas educacionais que viabilizem a execução do direito constitucional de aprender o que deve ser ensinado. Com isso, Ferreira (2008, p. 227) acrescenta:

O que se percebe é certo descaso das instituições na construção de um projeto político-pedagógico com o objetivo de instrumentalizar os futuros educadores para a inclusão da História e Cultura do Negro no currículo da escola. Isto necessitaria um processo de mobilização, de modo a redimensionar as ações educativas em relação a conteúdos, metodologias, recursos didáticos e práticas avaliativas que valorizassem e difundissem os conhecimentos oriundos da matriz cultural negro-africana e, principalmente, ao tratamento adequado das questões raciais em sala de aula.

Podemos observar que o principal desafio está na ação de viabilizar esse ensino, não basta implementar, é necessário legitimar o direito e direcionar isso à ação efetiva através de planejamentos e metodologias que busquem valorizar esses conhecimentos oriundos da cultura negra. Para isso é necessário que o educador esteja preparado tecnicamente, aliás, o profissional deve estar seguro da relevância de abordar tais questões para que assim consiga construir com os alunos saberes acerca das temáticas planejadas.

Essa formação técnica deve vir antes mesmo de sua atuação docente, é no processo de formação de educador que já deve estar evidenciado as questões étnico-raciais, que dizem respeito a história e a cultura africana, para que seja possível posteriormente, em sua atuação, construir mecanismos que dêem visibilidade a essas abordagens. Porém, a escola pode mobilizar uma ação de formação continuada que dêem aos seus professores subsídios necessários para uma atuação sistemática e significativa no âmbito dessa historicidade.

É relevante explicitar que essas questões não dizem respeito apenas as crianças negras, ou seja, não é importante apenas para elas conhecerem a história e a cultura do seu povo, mas para todos os discentes que estão inseridos nessas instituições. Apenas através do esclarecimento desses conceitos, que muitas vezes são estereotipados, é possível desconstruir e libertar o pensamento para novas possibilidades. Assim, Munanga (2005, p. 16) nos mostra:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de descendência negra. Interessa também aos alunos de outras descendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

Dessa maneira, devemos construir uma cultura que reconheça suas raízes e deem seu devido valor, penso que esse seria o passo inicial para minimizar os preconceitos suicidas aos afro-brasileiros. Essa historicidade que enaltece a história brasileira e deixa transparente a contribuição dos negros na construção da identidade nacional, deve ser redimensionada a todas as instituições de ensino, para que essas insiram em seus currículos objetivamente as questões étnico-raciais, buscando desconstruir os preconceitos historicamente reproduzidos nas camadas sociais.

A história e cultura afro-brasileira quando não invisibilizada tem sido folclorizada e estereotipada nos conteúdos didáticos (FERREIRA, 2008), essa realidade tem colocado a história afro como trajetória de escravidão e miséria. Quando essas questões são abordadas em algumas instituições, principalmente no dia da consciência negra, a história que se conhece é a de escravo, a de fome, desgraça e submissão, a cultura que é vista é endemoniada, inferior, pagã. Então, não basta apenas implementar leis e legitimar a ação, mas direcionar essa ação e ressignificá-la quando necessário, é preciso uma prática reflexiva que possibilite o docente a redimensionar esse posicionamento equivocado. Em relação a essa reflexão, Moreira e Santana (2013, p. 9) nos traz:

Refletir sobre a escola e a diversidade cultural significa reconhecer as diferenças, respeitá-las, aceitá-las e colocá-las na pauta das nossas reivindicações, dos nossos projetos de futuro, no cerne do processo educativo. É preciso, além disso, descolonizar o pensamento, entender, respeitar, por em diálogo outras epistemologias, outras visões de mundos.

Assim, a ação reflexiva que redimensiona a ação docente, não apenas ressignifica suas metodologias, mas o desconstrói e o refaz sujeito desconstruído. Refletir sobre essa prática remete a conduzir sua formação à autoformação, possibilitando assim uma dimensão plural de sua construção enquanto docente, o professor pode a partir desse posicionamento crítico elaborar métodos significativos no processo de ensino-aprendizagem e assim construir de modo sistemático os conhecimentos acerca da história e da cultura africana e afro-brasileira.

A escola deve, portanto, conduzir uma ação que direcione o processo de aprendizagem a construção de valores históricos e culturais, desmistificando os estereótipos que foram constituídos pelo racismo e o preconceito, viabilizando condições que possibilitem uma ação docente significativa no cerne das questões africanas e afro-brasileiras. Nesse aspecto, a mediação docente torna-se determinante nessa construção intencional de conhecimentos que possibilitam a formação humana do sujeito.

## **CONTRIBUIÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DISCENTE**



A construção dos conhecimentos acerca da história e da cultura africana e afro-brasileira no processo de formação docente, caracteriza um segmento necessário para a formação humana, política e técnica. Essas dimensões só são construídas se houver ferramentas que estimulem o esclarecimento das contribuições afro-brasileiras na constituição da identidade nacional, é essa identidade culturalmente mestiça que caracteriza o Brasil como o país da miscigenação.

Essa pluralidade cultural é uma característica brasileira e por isso podemos dizer que é um fator que constitui sua identidade. O que devemos sintetizar aqui é que para que o professor tenha condições formativas para abordar tais aspectos, é necessário que exista em sua ação uma reflexão que o direcione a condução de didáticas inclusivas. Essa inclusão aqui explícita, diz respeito particularmente ao negro. Incluir o negro é valorizar sua historicidade, sua contribuição cultural, sua pessoa humana, e isso só torna-se possível se a dimensão também humana do docente enquanto discente, for construída. É nesse aspecto que a reflexão torna-se mais uma vez imprescindível, Ferreira (2008, p. 234), nos mostra a força transformadora dessa ação:

As potencialidades da reflexão devem funcionar como ponto de partida para que o professor reconstrua seus questionamentos, suas intervenções pedagógicas e seus conhecimentos profissionais, constituindo-se em um investigador, um sujeito que produz saberes originais e peculiares ao seu ofício, por isso deve ser ressaltada a importância das interações entre os pares no desenvolvimento da autonomia docente e no estabelecimento do professor como um sujeito do conhecimento.

Dessa maneira, refletir sobre uma postura formativa que inclua e não integre, que abraça e não segregue coloca o professor como sujeito determinante na condução de metodologias que desconstruam conceitos pré-estabelecidos acerca da cultura negra. Não estamos dizendo que a metodologia é a chave para a libertação, na verdade é a ação política da instituição como um todo que irá determinar a constituição do sujeito como um indivíduo esclarecido, a metodologia é apenas a ação direta do professor ao aluno, é o processo que irá viabilizar essa construção, mas que só será possível se houver uma mobilização de toda a escola e não apenas de uma sala ou apenas da metodologia.

Mas afinal, quais implicações são evidentes na constituição do discente enquanto sujeito político quando sua história e cultura são valorizados? O que podemos afirmar é que inicialmente essa ação resulta na inclusão desse sujeito como constituinte de uma sociedade, a dimensão dessa abordagem didática é incalculável, o discente reconhece sua existência e coloca-se como sujeito que transforma, que tem as possibilidades de se refazer e não aceitar

as determinações impostas pela sociedade racista. O resultado desse esclarecimento é o empoderamento, é a autoafirmação do ser, de ser sujeito político de direitos.

Nesse sentido, é necessário que exista uma formação direcionada a perspectivas subjetivas, que não limitem o sujeito aos conhecimentos sistemáticos, mas que deem espaço para a construção de saberes na atuação docente, são fazeres pedagógicos que se constituem no âmbito de sua ação cotidiana e possibilitam o desenvolvimento de metodologias que direcionem os discente a elucidação de conceitos necessários à sua formação humana. Assim, Silva (2016, p. 27) acrescenta:

A formação deve ser trabalhada numa perspectiva que propicie a construção de conhecimentos que articulem as maneiras de ser, de fazer, de pensar dos discentes, proporcionando-lhes a aquisição de novos saberes enquanto sujeitos do seu conhecimento, identificando, os limites e possibilidades de um saber-fazer diferentes.

Sob esse aspecto, é importante que a construção desses conhecimentos esteja diretamente ligada aos contextos sociais dos sujeitos discentes, é certo que a história afro está relacionada a todos os contextos, é certo também que sua cultura está cotidianamente inserida em nossas vivências, mas o que precisamos é evidenciar isso, é deixar transparente esses fatos e construí-lo significativamente no âmbito educacional. O discente precisa não só saber, mas reconhecer essa influência e vivenciá-la.

Desse modo, a educação deve se posicionar criticamente e aceitar sua força transformadora na constituição do sujeito que se constrói pelas relações sociais. Se somos uma construção, somos responsáveis também pelo o que construímos, logo somos construídos em comunhão com os outros e assim podemos direcionar essa construção a objetivos que favoreçam relações humanas de respeito e tolerância. Se não somos predestinados a odiar o negro e amar o branco, podemos amar o sujeito em sua singularidade, em sua totalidade, sem preconceitos, nem seleções estéticas, políticas ou éticas, podemos ser e nos portar como humanos humanizados e humanizantes. Nessa concepção, Freire (2011, p. 52) nos traz:

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades, e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade.

Em decorrência disso, a ação humana de se reinventar historicamente tem evidenciado essa concepção de incompletude, de inacabamento, de constante construção, não existindo esse conceito sólido e estabelecido, mas antes a concepção de

que podemos nos reconstruir e construir modos de vida que nos possibilitem se inserir nessas relações recíprocas. Falta-nos apenas usar essa liberdade de se reconstruir para redimensionar o processo de ensino-aprendizagem e reconstruí-lo também. É importante que a escola se conscientize da relevância das abordagens históricas e culturais africanas e afro-brasileiras e desenvolva efetivamente políticas que legitimem e direcionem esse processo de esclarecimento e libertação.

Nessa perspectiva, a atuação docente que se efetiva na ação pedagógica de produzir conhecimentos e construí-lo de modo significativo nos contextos sociais, deve ser colocado sistematicamente numa perspectiva inclusiva que favoreça abordagens históricas e culturais afro-brasileiras e conduza os discentes ao reconhecimento e a valorização dessas especificidades. Portanto, a escola como um todo deve desenvolver mecanismos que possibilitem esse saber-fazer docente e o direcionem de modo construtivo no processo de constituição da identidade humana do discente, para que assim a sua singularidade seja reconhecida e valorizada dentro de suas especificidades.

## **CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS**

Ao longo desse artigo pontuamos aspectos relevantes que introduz o ensino da cultura africano e afro-brasileira nas escolas da atualidade. Diante as leituras e pesquisas realizadas constatamos, o fundamental papel da cultura africana na formação da identidade brasileira. Assegurando a essa cultura o seu reconhecimento e a perpetuação, garantida por Lei, a qual estabelece o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana a população sendo esses, descendentes de africanos ou não.

A busca por um ensino que priorize a diversidade e reconheça as contribuições advindas com os africanos, estar diretamente relacionada com a formação do educador, o qual em meios as suas competências devem buscar por novos conhecimentos e almejar novas formações caracterizando dessa forma uma autoavaliação, na qual oportuniza a efetivação de um ser composto por uma dimensão humana que estará apta a romper com determinados estereótipos sociais. A colaboração das instituições de ensino no que se refere ao reconhecimento e o acesso dos descendentes africanos, se configura em disponibilizar de materiais, salas, equipamentos e professores competentes na busca pela igualdade, disponibilizando uma educação de qualidade, sendo esses resguardados por Lei.

Portanto, mesmo o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana sendo previsto pela Lei: 10.639, é evidente as lacunas existentes no modelo educacional, no que se refere a essa temática, ao povo africano não é dado o devido

reconhecimento e por vezes a falta de preparo do educador não permite maiores aquisições dos educandos, quanto a história e suas contribuições na efetivação cultura brasileira.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 20/082017.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 09 de Janeiro de 2003.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 20/082017

CULTURA. In: **DICIO:** Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/cultura/>>. Acesso em: 28/08/2017.

FERREIRA, Cléa Maria da Silva. Formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana: nova tendência, novos desafios para uma prática reflexiva. **Revista ACOALFAplp:** Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/reaa/article/viewFile/11516/13284>>. Acesso em 20/08/2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MOREIRA, Marcos Alves.; SANTANA, José Valdir Jesus de. **Formação docente frente ao ensino de história e cultura afro-brasileira:** reflexões a partir do município de Itambé/BA. In: FIPED, Fórum Internacional de Pedagogia, ano 5, 2013, Bahia – BA. Anais do V Fórum Internacional de Pedagogia. Bahia: Editora Realize, 2013. p. 1-12.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola.** 2 ed. revisada. – Brasília: MEC/ SECAD- Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

SILVA, Helder Kuiawinski da. A cultura afro como norteadora da cultura brasileira. **Revista Perspectiva,** Erechim RS. v. 38, n.144, p. 25-35, dezembro/2014.

SILVA, José Amiraldo Alves da. O percurso formativo dos professores para os anos iniciais de escolarização e a produção de saberes necessários à atuação docente. In: SANTIAGO, Stella Márcia de Moraes.; LOPES, Wiama de Jesus Freitas. (Orgs.). **Formação de professores e identidades docentes em questão:** o que nos ensina os 35 anos da pedagogia no alto sertão paraibano. Fortaleza: Imprece, 2016.